PRODUZIR

AGRO BRASILEIRO COM PADRÕES ESG

TERESA CRISTINA VENDRAMINI
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



O SETOR que representou 28,6% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2020, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Cepea/Esalq/USP), não parou de garantir alimentos na mesa e empregos no campo nem mesmo no auge desta pandemia. A demanda crescente por alimentos e a alta eficiência do agro brasileiro trazem uma visão de otimismo, com importantes perspectivas futuras, mas mostram, também, grandes desafios. Essa expansão deve seguir de forma sustentável dos pontos de vista social, ambiental e econômico, com suporte de financiamento.

Recentemente, a SRB apresentou à ministra Tereza Cristina, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), uma proposta que considera essencial nesse processo de crescimento. Depois de várias discussões com produtores rurais e entidades representativas como a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), entendemos que a modernização do sistema de crédito rural é urgente e uma condição necessária para que possamos seguir avançando no desenvolvimento do agro sustentável. A nossa bandeira é uma modernização que traga uma maior oferta de recursos, com juros civilizados, e aliada ao compromisso do agro nacional com a sustentabilidade.

Sabemos que o poder público enfrenta dificuldades em manter os recursos necessários para o financiamento da agropecuária, em função do limite no orçamento da União. Por isso, defendemos um estímulo ao setor financeiro que seja baseado na parceria e no diálogo. O MAPA pode ser decisivo para que as propostas se tornem realidade.

Historicamente, o setor bancário avalia que pequenos e médios produtores rurais, importantes tomadores de crédito, representam um universo ainda pouco visível e transparente quando o objetivo é determinar o risco das operações. Temos de criar um sistema que ofereça essa transparência sobre o nível de endividamento dos produtores rurais, acoplado às garantias básicas, como patrimônio de afetação e seguro de riscos climáticos. Isso possibilitará ao produtor tomar recursos com prazos de três a cinco anos, e não a cada ano, com a emissão de uma Cédula de Produto Rural (CPR). Esses títulos podem compor a carteira de um fundo (por exemplo, o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC), com gestores especializados que o administrariam.

O eixo principal da proposta da SRB é a criação do Fundo Garantidor de Crédito Agrícola (FGCA), para que haja garantias ao resgate de aplicações até certo valor, dando credibilidade ao novo sistema. Uma das bases da atratividade ao setor financeiro é atrelar a nova modalidade de financiamento a padrões de sustentabilidade na agropecuária.

Esse sistema contaria com o apoio inicial do governo federal por meio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com aportes de recursos em substituição à equalização das taxas de juros. Ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), caberia captar fundos investidores de interessados no agronegócio dentro dos padrões de sustentabilidade social e ambiental e de governança (ESG, na sigla em inglês).

A SRB convida todos os que defendem o desenvolvimento do agronegócio de forma sustentável a se juntarem a nós na busca por essa modernização do crédito rural. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês) calcula que precisamos aumentar a produção de alimentos em 40%, o que vai demandar mais financiamento. Para atingir esse objetivo, precisamos caminhar juntos. ■

A SRB apresentou ao MAPA uma proposta para modernização do sistema de crédito rural visando a uma maior oferta de recursos, com juros civilizados, e aliada ao compromisso do agro nacional com a sustentabilidade.